

Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar

Tenente-general
Nuno Correia Barrento de Lemos Pires



Uma das questões recorrentes quando se analisa o papel de Portugal na Grande Guerra é a de tentar entender quem iniciou as hostilidades em África, se foram os alemães ou se foi Portugal que forçou a beligerância. Nas dezenas de artigos publicados pela *Revista Militar* (RM), quer ainda durante a guerra, quer nos anos seguintes, essa questão aparece refletida de formas distintas e com interpretações diversas. “*Fomos atacados por surpresa pelas forças de Sudeste e Leste Africano*” (Barbosa, 1917: 836). Teria sido uma surpresa ou uma provocação portuguesa?

Nos artigos escritos em cima dos acontecimentos nota-se o fervor patriótico: “*em Moçambique, em Maziua, façanha igual que a História apreciará como um ato de banditismo, operações estas que nem de guerra se podem denominar*” (Barbosa, 1917: 836). Nada de novo na História Militar, os argumentos são milenares e, muitas vezes nas primeiras fases da guerra, os adversários são descritos como bandidos, foras da lei e terroristas. Mais tarde, veremos como estes “*bandidos*” foram muitas vezes admirados pelo seu espírito inovador, como percussores da guerrilha do século XX e, no caso do comandante alemão na África Oriental, Paul Emil Von Lettow Vorbeck, ficando mesmo reconhecido como um invulgar génio militar (assunto que retomaremos nas reflexões finais). Uma leitura atenta da nossa RM mostra como conhecíamos bem o valor do

adversário, e de como esse fator da eficácia alemã foi usado como justificação para muitos dos insucessos portugueses: *“se não temos a registar brilhantes vitórias, não haja, pelo contrário, atos que nos deslustrem ou envergonhem”* (Barbosa, 1917: 837) em face de forças militares oriundas de uma nação que tinha conseguido, em menos de vinte anos, criar um vasto império colonial com *“3 milhões de quilómetros quadrados, 30.000 europeus e 12 milhões de indígenas (...) África Oriental, Camarões, Tojo, Sudoeste Africano, Nova Guiné, Carolinas, Samoa, Kiau-Techou”* (Morais Sarmiento, 1918: 597).

O esforço militar português em África era então, como ainda o é hoje, pouco conhecido e pouco falado em Portugal, quando comparado com o esforço e a visibilidade do envio de forças para a Flandres europeia: *“A organização e partida das forças expedicionárias a Angola e Moçambique quase que despercebida tem passado”*. O Tenente-coronel de infantaria Barbosa tenta justificar esta apatia pública pela necessidade de se garantir o deslocamento por mar em segurança num *“fundado receio de ataques inesperados em alto mar”* e, por isso, na hora do embarque vão *“quase que abandonados, como que esquecidos, atravessam as ruas da cidade (...) cabisbaixos, silenciosos”* e termina este autor: *“parece que um misterioso silêncio envolve tudo quanto diga respeito ao nosso trabalho em África”* (Barbosa, 1917: 837). Palavras premonitórias, infelizmente, ainda plenas de atualidade, passados quase cem anos.

Sentimos o esforço de tentar explicar o inexplicável, ou seja, a grande impreparação das sucessivas expedições para Moçambique, *“a nossa Colónia mais cobiçada”* (Martins, 1920: 102) e de, simultaneamente, tentar preservar a memória dos combatentes e os seus atos mais distintos em combate: *“mostrar a grandiosidade do esforço levado a efeito em África, e mormente em Moçambique”* (Barbosa, 1917: 840), como bem ilustra o artigo da redação da RM com a publicação, ainda em 1918, do quadro de honra da Grande Guerra *“baixas contra a África Oriental”* (Redação, 1918, 621-624).

Desde muito cedo que se assumiu a péssima preparação para estas operações e se identificaram as falhas mais graves, ou seja, nos sistemas de sustentação da força (Barbosa, 1917: 841). Portugal nunca teve um sistema que permitisse, rapidamente, reforçar as colónias com uma expedição: *“lacuna imperdoável na organização militar colonial é não existir uma preparação conveniente, para que uma força expedicionária da metrópole possa económica e prontamente marchar para apoiar as forças coloniais, nada está feito nesse sentido”*. Era ainda reconhecido como devia ser privilegiado o recrutamento local em desfavor das expedições europeias, porque *“as tropas europeias custam muito mais caras e esgotam-se mais depressa do que as indígenas”*. Finalmente, reconhecia-se o enorme desconhecimento do terreno e da região em geral: *“O grande e sintético ensinamento colhido nesta campanha da África Oriental foi que, os nossos adversários sendo conhecedores do terreno e incansáveis na instrução de tropas (...) enquanto nós ignorantes do terreno e negligentes na instrução das tropas ficámos quase sempre reduzidos a uma atitude passiva”* (Martins, 1920: 110-111 e 411).

Face a um teatro de operações muito difícil *“no interior de África onde as comunicações não existem ou são rudimentares”*, em que as colunas de marcha tinham de transportar consigo tudo o que necessitavam para várias semanas de campanha e sem quaisquer

estruturas de apoio na região (tiveram todas de ser construídas, de origem, numa base principal inicialmente em Palma, no norte de Moçambique). Em Portugal não existiam os equipamentos, os fardamentos e os armamentos necessários para equipar os milhares das forças expedicionárias (agravado com os processos morosos de aquisição no estrangeiro, numa época em que toda a Europa se encontrava em guerra): *“estações de telegrafia sem fios, lençóis impermeáveis, automóveis e os seus pertences, por vezes os soros e as especialidades farmacêuticas, metralhadoras e munições, aviões e pertences”*. Na Metrópole, tinham de se criar condições para *“manufaturar nos estabelecimentos fabris do exército ou na indústria particular muitos artigos considerados indispensáveis, como hastes e arreios para o transporte a dorso de metralhadoras e munições, víveres (...), material sanitário (...) forragem para os solípedes”*. Depois era necessário assegurar o transporte até Moçambique *“somente em navios portugueses porque outros não havia”*. Temos assim uma imagem muito real de como tudo praticamente faltava e pouco, ou quase nada, estava preparado para efetuar estas ambiciosas expedições a milhares de quilómetros da Europa. Barbosa é claro num dos seus artigos da RM, quando afirma que aquilo a Inglaterra tinha para preparar as suas forças era exatamente o que mais faltava em Portugal: *“dinheiro, dinheiro e dinheiro!”* (Barbosa, 1917: 841-842).

Em 1917, três anos após o início das operações em Moçambique, o diagnóstico do estado das forças portuguesas era inequívoco: *“a nula preparação do nosso exército para a guerra, a falta de recursos financeiros e ainda mais o tempo perdido na definição da nossa situação perante a guerra europeia”*. Não se soube, ou deliberadamente não se quis, definir um claro objetivo político em 1914 sobre o que fazer em Moçambique. A indefinição prolongou-se até 1917, fundamentalmente, porque *“não nos contentámos em cooperar em África com a nossa velha aliada”* e, como ambicionámos fazer muito mais do que as condições permitiam, foram assim criadas *“dificuldades insuperáveis para uma cabal e perfeita organização”* (Barbosa, 1917: 842-843).

A Área de Operações - A Fronteira do Rovuma

O Rio Rovuma, que faz os 700 Km da fronteira norte de Moçambique é *“notável pela sua extensão de perto de mil quilómetros”*. Em termos militares, o rio é *“caudaloso na época das chuvas mas na estação seca oferece numerosos vaus (...) navegabilidade diminuta (...) barra larga de 1500 metros, mas assoreada, desagua numa baía de canais estreitos, comunica com Quionga”*, o que fazia com que os navios portugueses de abastecimento e apoio não conseguissem entrar muito profundamente no rio: *“o cruzador Adamastor fundeava na Baía a duas milhas da barra e a canhoneira Chaimite entrava na barra na praia-mar, pequenos barcos à vela podiam subir o rio uns três quilómetros”* (Martins, 1917: 27). A questão da delimitação de fronteiras e territórios neste ponto específico, entre Portugal e Alemanha, pode ser lido no extenso e detalhado artigo do General Morais Sarmiento (1918: 589).

As campanhas em Moçambique podem ser estudadas por *“fases anuais, devido a cada*

época das chuvas paralisar as forças adversas, não só por tornar impraticáveis os caminhos, como ainda por exigir um trabalho de reorganização, rendendo as tropas fatigadas (...) para preencher os desfalques provenientes de um mortífero clima". Entre outras características importantes do ponto de vista militar interessa destacar a "caça abundante", mas também os perigos permanentes "leão (...) crocodilos pululam no rio (...) mosca tsé-tsé que não deixa viver os cavalos mais de quatro meses, o mosquito, a impertinente matacanha, pequena pulga que se introduz sob a pele dos pés, ferindo e inflamando-os quando não se conseguir extrair a tempo, inutilizando por isso muitos indígenas e alguns europeus" (Martins, 1919: 93).

As "comunicações nesta zona são difíceis apresentando o rio poucos vaus por ser cávado" e a ponte mais importante ser de madeira e ter "cem metros de comprimento e dois de largo" lembrando-se que "as cheias não permitem pontes permanentes". Em 1918, havia uma via de comunicação principal no extremo norte de Moçambique, "o caminho de Porto Amélia [atual Pemba] a Matangulo no Lago Niassa, passando por Montepuez" e, para esta extensa fronteira existiam apenas três postos militares com "importância de polícia", notando-se que a população indígena era escassa, porque, embora "a agricultura esteja desenvolvida (...) a criação de gado é impossibilitada pela tsé-tsé" (Martins, 1917: 28).

O "Protetorado da África Oriental Alemã" e o Princípio da Guerra

Este território surgiu pela "iniciativa individual do Dr. Carl Peters, que em 1884, obteve de alguns chefes indígenas, doze tratados de concessões territoriais, logo perfilhados pela Alemanha (...) e assim se constituir em 1914 a mais próspera colônia alemã". Interessa referir que "em 1887 foram comprados pelos alemães ao sultão de Zanzibar os seus poucos efetivos direitos aos territórios do Oceano Índico" (Martins, 1919: 94-95). Com o dobro da área da Alemanha e capital em Daressalem (Dar es Salem), este protetorado assistiu a um prolongado desenvolvimento dos seus portos, linhas férreas e o aproveitamento do fértil planalto do Kilimanjaro junto à montanha mais alta de África. Em 1914, estimava-se a sua população em "5 mil alemães, 15 mil indianos e 8 milhões de indígenas" e contava, para a sua força armada local, com "67 graduados e 2140 praças indígenas, enquanto as tropas contavam com um efetivos de 240 europeus enquadrando catorze companhias indígenas, dotadas cada uma com duas metralhadoras, uma secção de sinaleiros, um comboio de carregadores e um depósito de companhia" (Martins, 1919: 96-97). O Tenente-coronel Azambuja Martins, que foi o chefe de estado-maior na expedição de 1916, diz-nos que estas tropas estavam, desde o início da campanha, "muito bem enquadradas e (...) com quadros muito bem preparados".

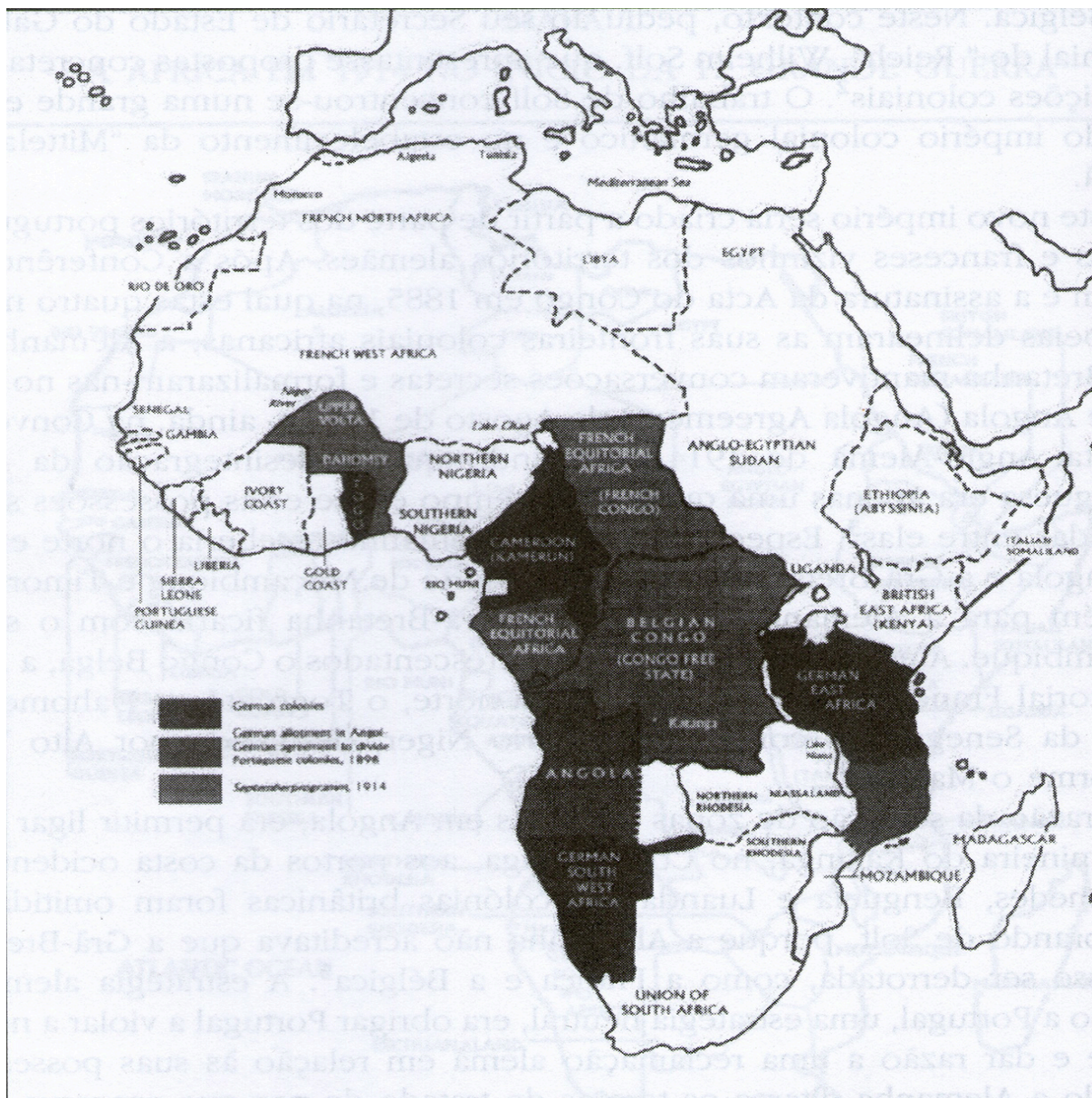


Figura 1 - Objetivos Coloniais Alemães no início da Grande Guerra

As primeiras ações militares foram essencialmente navais, com um ataque britânico sobre a capital da Colônia Alemã, Daressalam, que destruíram os navios alemães que estavam no porto e a estação de telegrafia. No entanto, as primeiras operações terrestres foram iniciadas pelos alemães sobre os territórios ingleses, no denominado posto de Taveta, com o objetivo de danificar o caminho-de-ferro britânico entre Mombaça e Nairobi. Os combates intensificaram-se então sem que nenhum dos lados tivesse atingido grandes resultados. Contra o Congo Belga tiveram os alemães melhores resultados imediatos, conseguindo logo *“a supremacia no Lago Tanganica”*. Em novembro de 1914, os ingleses concentraram um significativo conjunto de forças, sob o comando do General Aitken, para iniciar um ataque coordenado sobre os alemães, no entanto, sem sucesso

(Martins, 1919: 129-133).

Em 25 de agosto de 1914 (segundo o Tenente Costa, este ataque foi em 24 de Agosto, 1930: 367), os alemães atacaram “*o posto português de Maziua, massacrando os soldados indígenas e o sargento europeu seu comandante*” constituindo-se assim como o primeiro incidente com a Alemanha. Este posto era “*isolado sem telégrafo, a 400 km do litoral*” e os alemães justificaram esta ofensiva porque se consideravam os sucessores do “*Sultão de Zanzibar*” que teria, supostamente, a soberania daquela região (Martins, 1919: 93). Ainda que sem declaração de guerra, desta forma se iniciaram as operações em 1914. A 18 de Agosto de 1914 é assinado, em Lisboa, um decreto para o envio de duas expedições “*para guarnecerem alguns pontos da fronteira de Angola e Moçambique*”, mas vamos apenas referir os acontecimentos referentes a Moçambique (Costa, 1930: 367).

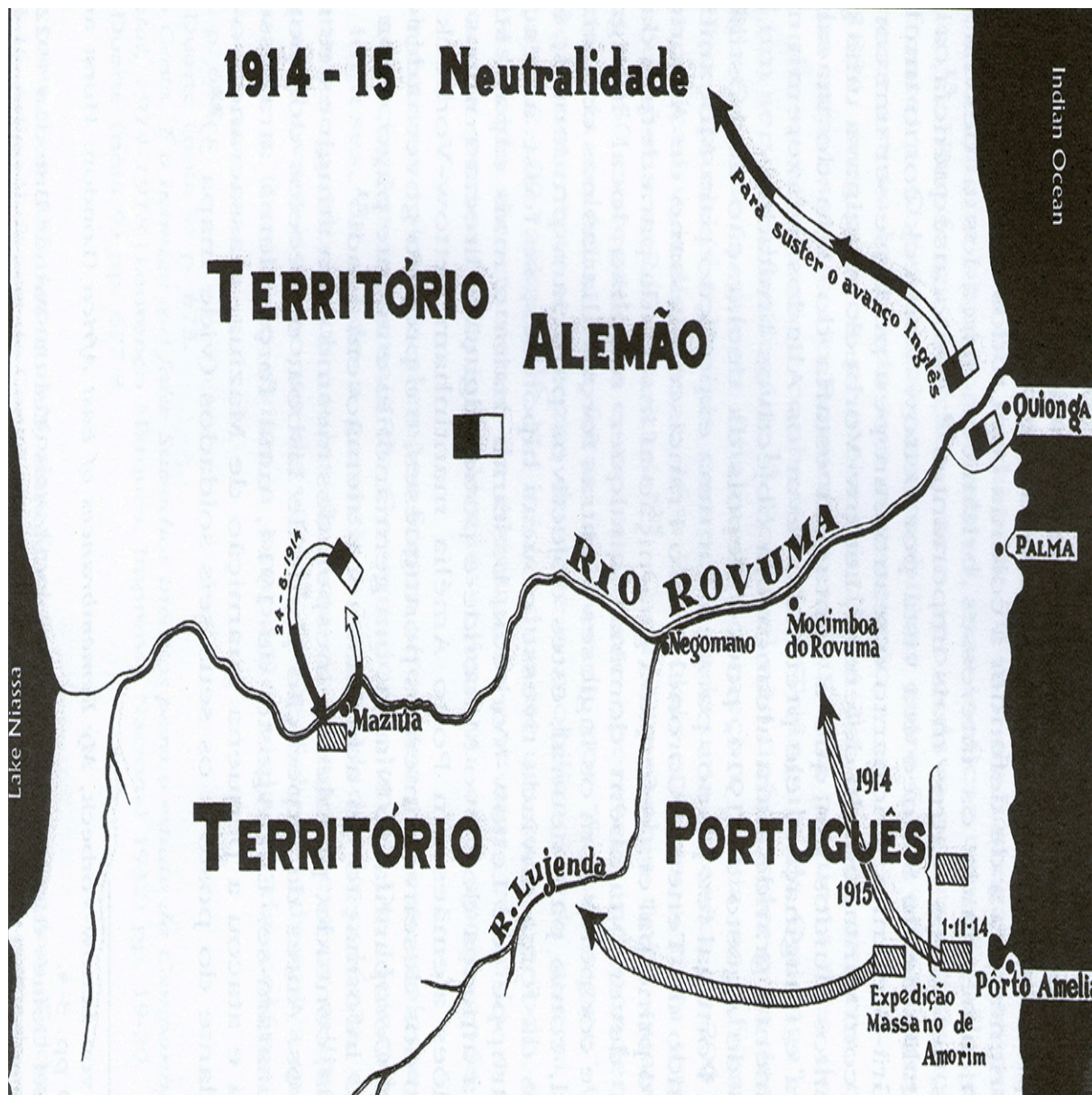


Figura 2 - Fronteira Norte de Moçambique

Em agosto, o primeiro destacamento expedicionário para Moçambique, sob o comando do Coronel Massano de Amorim (que voltará a comandar no final da Grande Guerra), era composto pela "4ª bateria de artilharia de montanha, 4º esquadrão de cavalaria 10, 3º batalhão de infantaria 15, serviços auxiliares e de engenharia, administração militar e de saúde, num total de 1.527 homens e 322 solípedes" (Barbosa, 1918: 21). A expedição partiu de Lisboa no dia 11 de setembro "em péssimas condições", no paquete inglês *Durhan Castle* escoltado pelo navio de guerra português *Almirante Reis*. Chegaram a 16 de outubro a Lourenço Marques e, embarcados a 28 desse mesmo mês no navio *Moçambique*, chegaram a Porto Amélia no dia 1 de novembro "exaustos e desmoralizados ainda antes de serem levados para a fronteira" (Costa, 1930: 367-368 e Cann, 2002: 369).

O Tenente-coronel Barbosa afirma que este destacamento *“não teve uma missão bem definida, sendo-lhe dada apenas a de guarnecer alguns pontos da fronteira norte da província de Moçambique”* e resume o que esta expedição deixou para as futuras: *“estabelecimento de alguns postos militares, nas edificações de múltiplas dependências do aquartelamento, na abertura de várias estradas e montagem de linhas telegráficas”* (Barbosa, 1918: 21).

As Expedições de 1915 e 1916

A superioridade naval britânica ficou bem demonstrada em 1915 com os inúmeros ataques navais sobre a colónia alemã, que iria culminar com a destruição do cruzador Königsberg e o domínio sobre o Lago Tanganica. No final de 1915, os alemães tinham-se concentrado sobre Nyasaland e, ajudados por uma revolta local contra os ingleses, estabeleceram aí uma importante base de apoio (Martins, 1919: 135-136).

Sob o comando do Tenente-coronel de artilharia Moura Mendes foi criado um destacamento expedicionário composto por *“5ª bateria de artilharia de montanha, 4º esquadrão de cavalaria 3, 3º batalhão de infantaria 21, 2ª bateria do grupo 7 de metralhadoras, tropas de engenharia, saúde e administração militar, num total de 1.543 homens”*, sabendo-se que nesta expedição *“não seguiu material de guerra nem solípedes”* e também, tal como na anterior expedição de 1914, não teve uma *“missão definida”*. Explica Barbosa que vivíamos uma situação *“nublosa, e em que ora se afirmava a neutralidade ora nos dizíamos, senão beligerantes, pelo menos abertamente ao lado da velha Inglaterra”* (Barbosa, 1918: 21-22). A expedição partiu para Moçambique no dia 14 de Outubro (Costa, 1930: 268).

Permaneceram a maior parte do tempo em Porto Amélia sendo apenas de registar a ocupação de Quionga mas, no final da expedição, a situação sanitária era péssima: *“o violento e extenuante serviço de vigilância nos postos avançados, nas insalubérrimas margens do Rovuma, aonde eram constantemente inquietados por frequentes ataques do inimigo, tinham-nos por tal forma abatido física e moralmente, que urgente se tornava repatriar todos ou em parte”* (Gil, 1919: 335). Acabariam os efetivos desta expedição por serem repatriados e, alguns, aproveitados para reforçarem a expedição do ano seguinte mas, devido à péssima situação sanitária, pouco significaram no esforço que de seguida se descreve.

“O terceiro ano foi considerado o mais importante da campanha” com os ingleses, sob o comando do General Smuts (antigo ministro da defesa sul-africano, de origem bóer e que tinha conseguido a derrota na África Ocidental Alemã - Damaralândia, viria agora a desempenhar a sua primeira comissão no exército britânico tendo-lhe sido atribuído o posto de tenente-general). Em 1916, o objetivo principal de Smuts foi o de conquistar os planaltos do Kilimanjaro. O objetivo foi efetivamente atingido (embora com elevadas baixas para ambos os lados) ficando assim os britânicos na posse *“da zona mais rica da antiga colónia alemã (...) Mochi”*, a que se somaram os 160 km conquistados pelo General

Van Deventer “no troço médio do caminho-de-ferro central” permitindo assim um grande avanço, tanto a forças britânicas como também às belgas. Como resultado destas operações, os alemães deslocaram o “centro de gravidade da sua resistência” para “o sul da sua colónia e vizinhança da colónia portuguesa que ia sofrer o embate do grosso inimigo”.

A 25 de maio de 1916 começou uma ofensiva britânica a partir de Nyasaland, com duas colunas, comandada pelo General Northey. No ano de 1916, a campanha teve dois períodos distintos: até à tomada da cidade de Tabora e até à queda da capital da colónia, Daressalam. Em outubro, Tabora foi capturada e os alemães que a defendiam seguiram a direção de sueste “caindo” sobre as forças do General Northey. Depois de severas perdas britânicas, Northey reconquistou a iniciativa, em finais de outubro, e depois de uma ofensiva coordenada fizeram a junção com as forças do general Deventer, no final de novembro. Os alemães estavam agora confinados à área entre os Rios Rufigi e Rovuma junto à fronteira portuguesa. As chuvas de dezembro interromperam o continuar das operações aliadas contra os alemães (Martins, 1919: 193-195). A 4 de setembro tinha caído em poder dos britânicos a capital da colónia alemã, Daressalam, tendo os alemães mudado a capital para Morogoro e os belgas ocupavam agora a cidade de Tabora encurtando assim significativamente a colónia alemã. (Martins, 1919: 137- 144).

A Alemanha declara guerra a Portugal no dia 9 de março de 1916 (Costa, 1930: 368) e Portugal iniciou as suas ações em 10 de abril de 1916. O “*destacamento misto expedicionário*”, comandado pelo Tenente-coronel Moura Mendes, que tinha partido de Porto Amélia em direção ao Rovuma e ocupado o triângulo de Quionga com 700 Km², permitiu então estabelecerem-se, na margem direita do Rovuma, os postos de “*Namaca, Namiranga, Namôto e Nachinamoca*”, tendo, por sua parte, os alemães estabelecido na outra margem, os postos de “*Fábrica, Migourba, M’chinga, Marunga e Tchidia*” (Marques, 1920: 299-302 e Martins, 1919: 195-196).

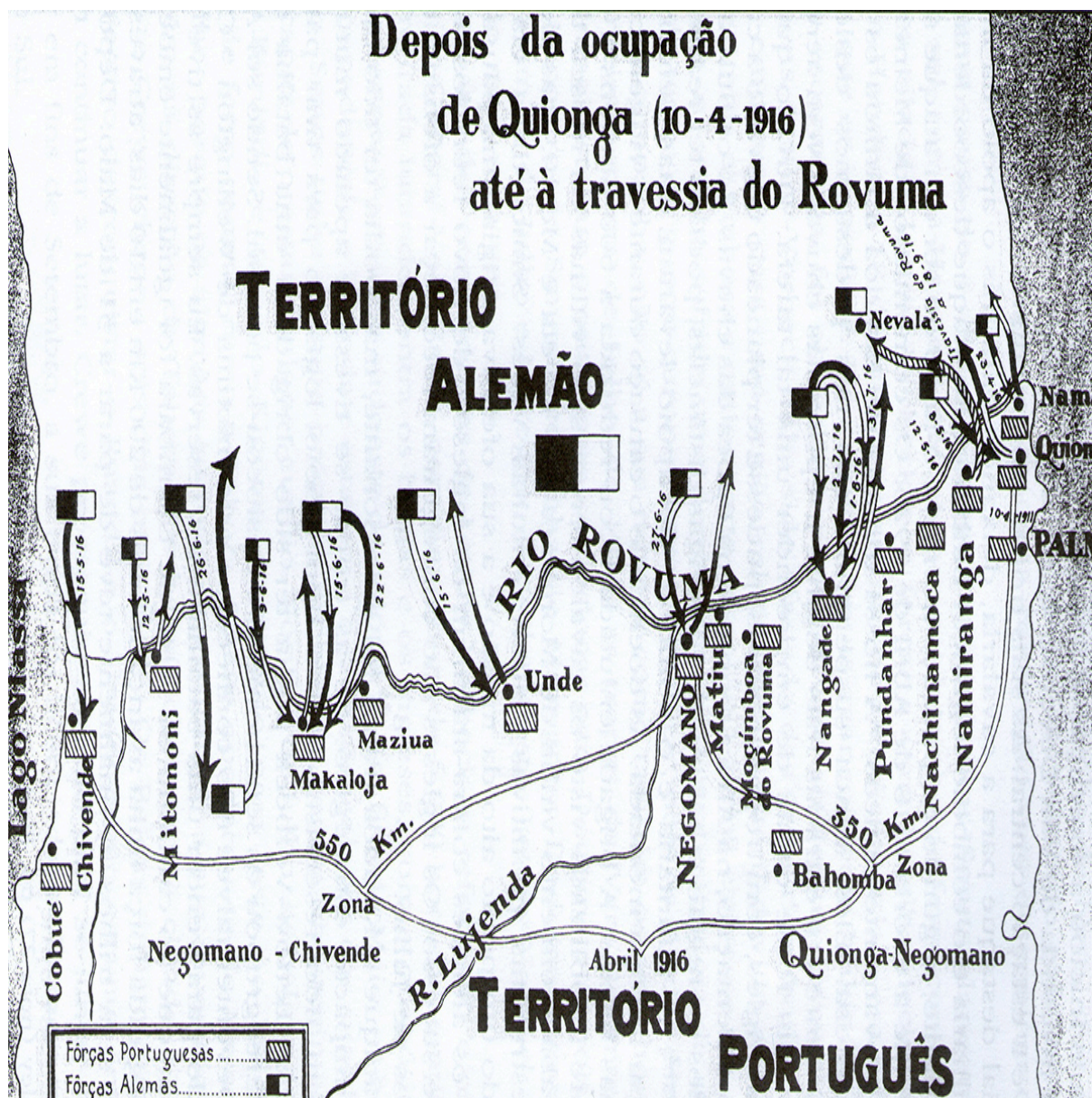


Figura 3 - Escaramuças na fronteira Alemã-Portuguesa

No dia 25 de abril, os alemães atacaram o posto de Namôto “*tendo a sua guarnição resistido algumas horas, o que obrigou aqueles a retirar*”, no dia 8 e 12 de maio atacaram Nhica “*sendo repelidos*”, a 15 ocuparam o posto de Chivinde, mas foram repelidos em Mocimboa. No dia 26 de maio foi assinado o decreto que determinava a 3ª expedição a Moçambique (Costa, 1930: 368).

Em 1916, com Portugal “*abertamente em guerra, o Governo decidiu tomar em África uma atitude decisiva, cooperando com os aliados na campanha contra a colónia alemã da África oriental*”. Esta expedição “*grande*”, inicia o seu apontamento em abril de 1916 e para a comandar foi nomeado o coronel de estado-maior Garcia Rosado “*profundo*

conhecedor da província, e por este motivo, com alta envergadura para o desempenho de tão espinhosa missão". A expedição era composta por: "companhia mista de engenharia, 1ª, 2ª e 4ª baterias de montanha, 3 batalhões dos regimentos de infantaria 23, 24 e 28, 3 baterias dos 4º, 5º e 8º grupos de metralhadoras, serviços de saúde, administração militar e transportes num efetivo total de 4.642 homens, 1378 solípedes e 159 viaturas" (Barbosa, 1918: 22) (Gil refere apenas 945 solípedes, 1919: 334).

Antes da expedição chegar ao território tinham sido enviados "praças para completar o esquadrão de cavalaria 3 e 3 estações de telegrafia sem fios". Em maio, sai o navio *Portugal*, em junho, o *Moçambique* e o *Zaire*, em julho, o *Moçambique*, o *Amarante* e o *Beira*, terminando assim o envio de toda a expedição e respetivos apoios exceto o envio importantíssimo dos "camiões, automóveis, indispensáveis para o início das operações e sem os quais a coluna ver-se-ia obrigada a ficar inativa". As viaturas, entretanto encomendadas, "20 do sistema Kelly da América e 20 Fiat de Itália" chegariam apenas em 12 de setembro (Barbosa, 1918: 23).

A 27 de maio, foi esta região reforçada com mais forças e feita a ligação às forças navais representadas pelo cruzador *Adamastor* e a canhoneira *Chaimite*. O objetivo desta operação conjunta foi o posto alemão de Fábrica "na margem inimiga a 150 m da nossa margem". Às 08h00 iniciou-se o ataque "segundo o determinado na ordem de combate" feito pelas "peças da marinha e do exército". Às 09h00 os fogos diminuíram de intensidade para permitir que as tropas embarcadas nas baleeiras passassem o rio e atacassem o inimigo. De "ilha a ilha, passando os canais entre elas ora a vau ora em baleeiras", prosseguiu o ataque até que uma ação concertada de metralhadoras alemãs sobre as colunas do exército e sobre os navios da marinha que fizeram "encalhar as baleeiras" impedindo assim a continuação da ofensiva e obrigando a regressar à margem portuguesa os "poucos sobreviventes". O combate durou desde as 08h00 até às 15h30 e registaram-se as seguintes baixas entre militares do exército e da marinha: "prisioneiros 2 oficiais e 6 praças, feridos 4 oficiais e 20 praças, mortos e desaparecidos 3 oficiais e 30 praças". Até julho, a situação manteve-se estável, com continuados ataques de um lado e outro, ficando a norte do Rovuma os alemães a controlar, e a sul os portugueses (Marques, 1920: 299-302, Costa, 1930: 369 e Martins, 1919: 195-196).

Uma importante parte da expedição prende-se com a ação ofensiva desencadeada contra a África Oriental, em 1916. Esta ação foi comandada pelo General Ferreira Gil que, em 1919, escreve na Revista Militar um artigo descrevendo-a. Gil começa por louvar o "heroísmo" e "louvor" que merecem os seus soldados e lembra que esta ação foi fundamental para o esforço aliado (belgas e ingleses) contra os alemães. O inimigo, refere ele, não era um, mas dois, as tropas africanas muito bem preparadas e o "mortífero clima africano" (Gil, 1919: 331-332).

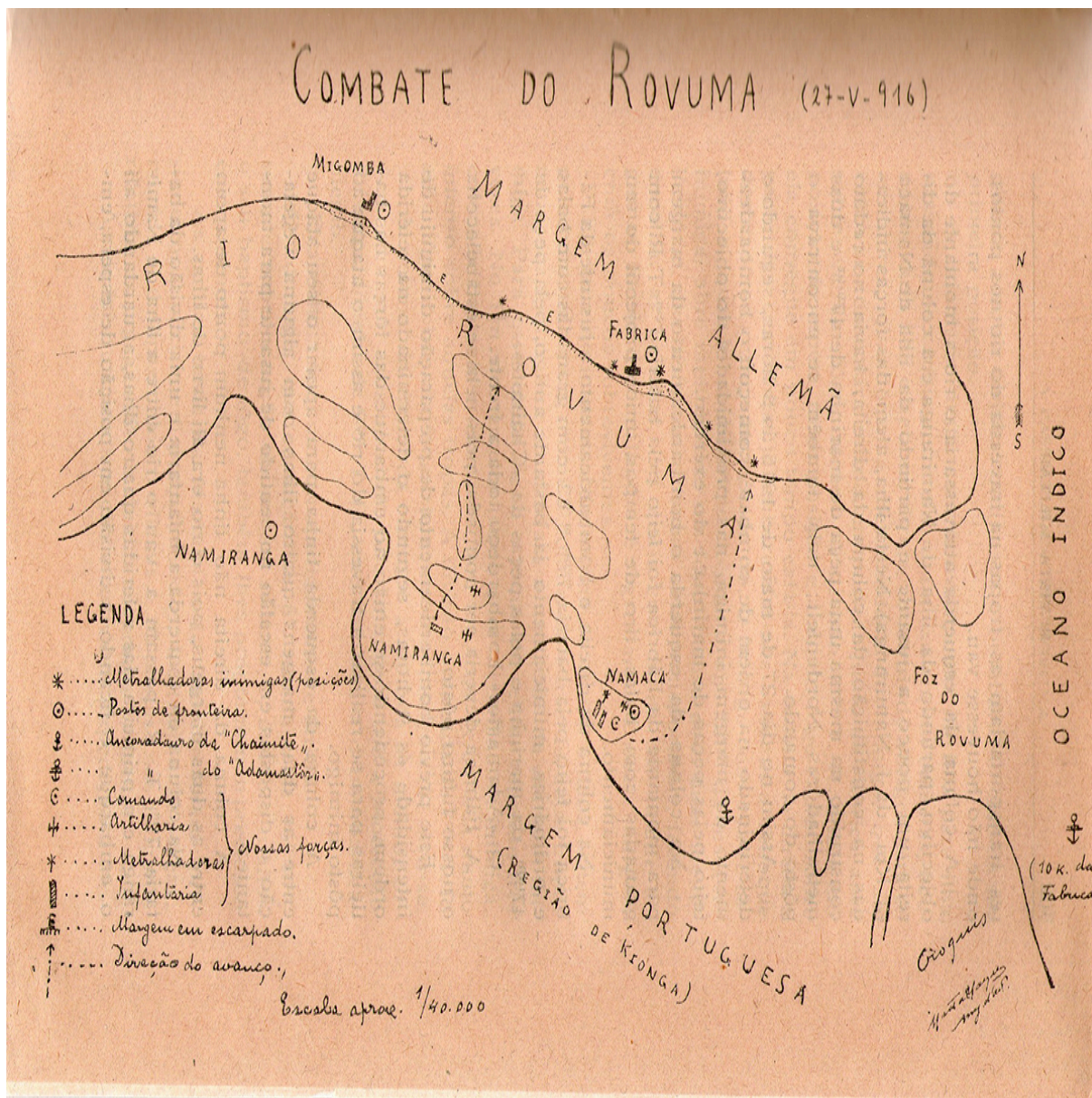


Figura 4 - O combate do Rovuma

A missão tinha sido determinada pelo Ministro das Colónias e pretendia-se conquistar os portos alemães do litoral “*afora Quionga, ao sul, que já tinha sido ocupado na expedição de 1915*” importavam agora ocupar “*Mikindane, Lindi, Quilôa (Kisivane e Quilôa (Kiwingi) até ao delta do Rufigi, a partir de onde se procederia conforme as circunstâncias: ou avançando para oeste, sobre Lewale, importante posto militar, ou sobre Mahenge*”. Mas Gil clarifica a verdadeira intenção da missão das forças portuguesas dentro do esforço aliado: “*atrair para si parte das forças adversas conduzindo-as ainda a maior dispersão do que a que naturalmente seria determinada pelas cinco colunas inglesas e belgas*”. O ataque coordenado com os aliados iria sofrer, como veremos, significativos atrasos devido fundamentalmente à “*falta de transportes*”

marítimos".

Os efeitos da expedição anterior, do Tenente-coronel Moura Mendes, não ajudavam no lançamento desta ofensiva porquanto todos os hospitais estavam cheios *"com a circunstância agravante de faltarem por completo os mais indispensáveis elementos para serem convenientemente tratados os impaludados e disentéricos"*. Assim, a expedição de 1916, que devia incorporar a de 1915, não pôde contar com esta, ou seja, partiu para a ofensiva com menos *"uma bateria de artilharia, uma de metralhadores e todo o batalhão de infantaria 21"*, além de diversas companhias de indígenas. Diz Gil que *"eram as primeiras e sérias contrariedades"* (Gil, 1919: 335). À falta de transportes marítimos somava-se um corte substancial nas forças disponíveis e *"desprovido de montadas"* partiu para o ataque. O remanescente das forças de Moura Mendes, *"os mínguos restos da expedição de 1915"*, embarcou a 6 de novembro no paquete *Moçambique* e atracou e a 13 de dezembro de 1916 no cais da Areia (Lisboa) *"trazendo a bordo umas 300 praças das 1.500 com que partira da ponte do Arsenal no dia 07 de Outubro de 1915"* (Marques, 1920: 304).

A preparação da operação começou com os habituais trabalhos da engenharia que *"levantou pavilhões para os hospitais e anexos, construiu depósitos para os víveres, material e equipamento (...) auxiliado neste labor contínuo por empregados e operários civis idos de Lourenço Marques"*. Evacuaram-se os militares da expedição anterior *"cerca de 900"* e prepararam-se as unidades que iriam ser projetadas para a África Oriental com *"algumas horas de instrução tática e do serviço de campanha e na teoria e prática do tiro"* (Gil, 1919: 338). Seguiu-se o reconhecimento por parte do quartel-general e começaram os *"primeiros preparativos para as operações ativas"*: um pelotão de sapadores mineiro foi encarregue de abrir uma estrada entre Palma e N'Chica; uma brigada telegráfica estabeleceu as comunicações entre estes dois extremos e aprofundaram-se os reconhecimentos com vista a identificar locais de passagem e itinerários. Por fim, o comandante da companhia mista de engenharia recebeu a ordem de escolher o melhor local para erguer uma ponte sobre o Rovuma.

Todas estas ações decorreram em permanente ambiente de combate, porque os alemães *"sempre que podiam, atacavam por surpresa, fazendo uma guerra sem tréguas e de extermínio"*. No dia 9 de junho, os alemães atacaram Macaloja obrigando à retirada da guarnição portuguesa, no dia 13 atravessam o Rovuma e atacaram Namoca também levando à retirada da guarnição, em 15 de junho foram eficazmente repelidos em Undo e Nachinamoca e a 27 de junho atacaram Ngonamo. A expedição de Ferreira Gil chegou a Lourenço Marques nesse mesmo dia. Registaram-se ataques dos alemães em 31 de julho, 1 e 15 de agosto o que levou a respostas a 8 e 12 de agosto (registaram-se baixas em ambos os lados) (Gil, 1919: 339-341, Costa, 1930: 369 e Martins, 1919: 197-199).

A descrição de um destes ataques foi feita num artigo publicado em 1929, pelo Tenente Mário Costa, sobre o posto de Nangadi, a 1 de agosto de 1916, que vale a pena aprofundar. As forças em Nangadi eram as seguintes: uma secção da 21ª Companhia Indígena Expedicionária, um Pelotão da 1ª Indígena dos Territórios e dezasseis praças do Corpo de Polícia do Niassa. Comandava o posto o Capitão Pedro Curado. O ataque

começou por uma ação alemã “às 5 e meia da manhã” cortando as linhas telegráficas, isolando assim Nangadi dos outros postos portugueses. As populações, que até então nunca tinham sido atacadas, entraram em pânico e muita desordem pelo que, os que puderam entraram no reduto e assim o fizeram mas, os que não chegaram a tempo, tiveram de se instalar num “fosso” preparado para o efeito. Para tentar travar o avanço alemão foi destacada uma coluna de forças “de 15 praças sob o comando de um oficial” para a estrada de Mocímboa do Rovuma conseguindo progredir apenas 300 metros até ficar debaixo de forte fogo inimigo. Ao tiro constante de três metralhadoras alemãs responderam os soldados cercados “*puxando o gatilho sem se importarem com as pontarias ou até simplesmente com a direção*” (1929: 360). Na palavras do próprio comandante da força, o Capitão Curado, “*era despejar cartuchos com a cabeça escondida atrás do parapeito e com os olhos fitos em mim em lugar de olharem para o inimigo*”. Curado, perante este inútil desperdiçar de munições, mandou cessar o fogo. Reorganizou as forças, mandou então executar tiro com disciplina e ordem e, ao final de duas horas, o inimigo acabou por retirar cerca das 9 horas da manhã. Os alemães sofreram “*1 oficial e 5 soldados mortos, 2 desaparecidos e 10 gravemente feridos*” e do lado português foram contabilizados “*feridos 2 oficiais e 12 soldados indígenas*” (1929: 362). Costa concluiu que, além do medo demonstrado em combate, “*os cartuchos falharam devido à má qualidade das munições, a todos os defeitos das espingardas, e principalmente às molas dos percutores terem perdido parte da sua força de impulsão*”. A defesa de Nangadi acabou por ser eficaz, devido fundamentalmente à ação de comando e iniciativa demonstrada pelo Capitão Curado, mas outras defesas assim não o seriam por estas ou outras razões, fica no entanto esta ação como um exemplo esclarecedor da campanha que se iria seguir.

Fixou-se então, como vimos já, com bastante atraso, “*uma das madrugadas da segunda quinzena de setembro*” para iniciar a planeada e coordenada ofensiva. Foi criado um destacamento para passar e garantir a segurança na outra margem do Rovuma (posteriormente teria a missão de fazer a segurança do flanco esquerdo da progressão), e que era comandado pelo Capitão Gordo do 23, constituído por “*1 secção TSF, 1 pelotão de infantaria montada, 1 divisão de artilharia de montanha, 1 companhia de infantaria 23, a 1ª bateria do 4º grupo de metralhadoras e as 19ª, 21ª e 24ª companhia de indígenas*”. Simultaneamente, foram feitos movimentos ofensivos a partir de Mocímboa do Rovuma e de Unde (Gil, 1919: 339-341 e Martins, 1919: 197-199).

No dia 15 de agosto tinha sido feito o reconhecimento aos vaus do Rovuma para a futura passagem das colunas tendo sido decidido utilizar os vaus denominados de Nacôa, Namoto e Quionga. A 29 do mesmo mês, deu-se a defesa de Negonamo (Costa, 1930: 369). Este posto, colocado na confluência entre os rios Lugena e Rovuma, foi palco de dois importantes combates durante a Grande Guerra (29 de Agosto de 1916 e 25 de Novembro de 1917). Vamos referir o de 1916.

Guarnecido este posto por um pelotão da 17ª Companhia Indígena, comandado pelo Alferes Marcos, um pelotão de soldados Landins e o Corpo de Polícia do Niassa, comandados pelo Tenente Tavares, foram atacados na madrugada do dia 29 de agosto. Às 07h00 da manhã continuava intenso o tiroteio entre as duas forças, “*tinham consumido*

4.000 cartuchos” sem que se tenha registado um avanço para qualquer das partes. Às 09h00 da manhã, doze dos soldados do pelotão do Alferes Marcos fizeram uma investida contra os alemães e o *“inimigo, apavorado, desmoralizado, diante de tanta temeridade, retira desordenadamente, abandonando tudo o que podia estorvar a sua fuga”*. Às 10h00, os alemães contra-atacaram com cerca de trinta homens, mas a ação concertada entre os que estavam em Negonamo e os que tinham partido em perseguição dos outros alemães levava a uma retirada do inimigo fazendo com que, às 12h45, *“ouviu-se o último tiro dos atacantes”* levando a esta afirmação espantosa, e bem relevadora do espírito da campanha e as críticas que se seguiram nos anos seguintes, do Tenente Costa: *“É que nesta campanha da África Oriental, por pior que se diga - ainda houve quem se batesse!”* (Costa, 1930: 164-167).

Logo no início desta ofensiva, que se queria coordenada em vários pontos da frente, uma das colunas, a do Major Campos, que tinha a missão de seguir junto ao Niassa para conquistar Songuea, na África Oriental Alemã, devido ao *“seu pequeno efetivo e ao aproximar da época das chuvas, teve de retrogradar”*. No dia 13 de setembro, a coluna britânica, vinda de norte, tinha ocupado e conquistado Mikindane, que devia ter sido um dos objetivos da força portuguesa mas, devido aos atrasos já enunciados, foram os britânicos a chegar primeiro, deixando assim, naturalmente, *“o comando deveras embaraçado”*. O General Ferreira Gil culpa por esta ação (que ele diz fácil para os britânicos, porque os alemães, sabendo da aproximação das colunas portuguesas, tinham abandonado os *“postos das margens norte e se tinham internado”*) o General Smuts, porque *“sempre se manifestara desfavoravelmente à nossa ação no litoral”*. Entretanto, o grosso das forças portuguesas tinha montado o seu QG em Namôto.

A 19 de setembro, transpuseram a ponte, a vau (cavalaria) e em jangadas, sobre o Rovuma, sob proteção da artilharia, com três colunas de batalhão e as metralhadoras organizadas em duas alas e uma reserva geral. Já com as forças internadas na África Oriental, o General Ferreira Gil, em Migomba, dirigiu palavras de incitamento às tropas. De seguida, montaram-se ligações telegráficas, apropriaram-se caminhos e estradas, fez-se a ligação com as forças britânicas em Mikindane e preparou-se uma expedição de forças (sob o comando do Capitão Liberato Pinto) para se dirigirem até Newala.

Enquanto a coluna avançava, o *“inimigo retirava sempre, queimando o que não podia transportar”* travando-se o primeiro combate no dia 4 de outubro, tendo sido o *“inimigo desalojado das suas posições defensivas”* numa ação denominada de Mahuta (Maúta), que causou a morte a trinta e dois portugueses, quinze feridos e vários desaparecidos sabendo-se que *“as baixas do inimigo foram muito superiores”*. À medida que as forças iam progredindo iniciaram-se operações para atrair as populações locais para o lado português, tendo sido então distribuídos *“panos e alimentos, pelo que se mostravam reconhecidíssimos, submetendo-se, sem a menor relutância, ao domínio português”*. Faltava agora, depois de se coordenar o esforço com os britânicos, ocupar Massassi e Newala. (Gil, 1919: 345-347).

Gil critica a demora da coluna de Massassi a cumprir o seu trajeto que *“tendo partido nos primeiros dias de outubro (...) só chegou a 26”* e que esta demora podia ter posto em

“risco a escolta de reconhecimento”. Mas, a 22 tinha ocorrido um *“violento e demorado”* combate junto a Newala *“obrigando o inimigo a retirar precipitadamente”*. Azambuja Martins aproveita este ataque a Newala para destacar a ação das *“duas companhias indígenas, comportando-se no fogo os Macuas e os Landins, que são considerados os nossos melhores soldados indígenas (...) carregando à baioneta e entoando cantos guerreiros”* (Martins, 1919: 197). Mas só a 26, com a chegada da coluna de Massassi, é que se fez o assalto final sobre Newala tendo sido *“apreendido muito material de guerra e uma peça”*. Os alemães, mais a norte, deram um novo combate em Kiwambo e, a 18 de novembro, era já visível um reforço significativo de forças alemãs. Foram *“importantes forças inimigas vindas do norte”* que chegaram para combater contra os portugueses. A 22 de novembro, os alemães atacaram a ribeira de Newala e, depois de uma forte resistência portuguesa, conseguiram retomar a povoação.

Sabendo dos acontecimentos em Newala, foi então dada ordem para enviar uma coluna de reforço aos portugueses aí sitiados. O relato desta expedição de socorro está bem documentado num artigo escrito em 1928, pelo Tenente Simões da Mota. Depois de uma semana de cerco em Newala apresentou-se em Maúta, no dia 27 de novembro, o Capitão Benedito Pereira de Azevedo, *“convalescendo de uma grave enfermidade”*, para receber as suas ordens. A coluna foi organizada retirando elementos em vários postos das proximidades: *“Mahuta, Nitchichira, Sicumbiriro e Nangadi (...) 230 homens, entre europeus e indígenas, com 2 metralhadoras (...) elementos de uma grande heterogeneidade e muitos deles faltos de energia”* (1928: 461). A marcha iniciou-se às 05h00 da manhã do dia 28 de novembro. Logo que iniciaram a marcha foi a coluna emboscada por forças alemã e, na frente da mesma, a *“flecha, sob o comando do 2º sargento Rodrigues Machado”*, atacou de mediato o inimigo *“tentando apoderar-se das duas metralhadoras”* quando caiu sob o fogo de mais duas metralhadoras que não tinha anteriormente detetado. Não recebendo do grosso da coluna qualquer reforço aguentou este sargento, ainda assim, *“um vivo tiroteio, comandando sempre os seus homens, durante 4 horas consecutivas, sendo a última hora com um grave ferimento, produzido por uma bala de metralhadora que, entrando no peito, lhe perfurou o pulmão e veio a sair às costas”*. Finalmente pôde o comandante da coluna mandar reforçar esta posição com *“uma carga de baioneta que foi executada por um pelotão da 19ª Companhia Indígena Expedicionária sob o comando do Alferes José Maria Gomes, carga que teve de ser suspensa atenta a dificuldade, ocasionada pela cerração do mato, que as praças tinham em avançar”* (1928: 463).

Mota continua a descrição desta ação de socorro dizendo que *“tinham saído de Mahuta com a quase certeza de chegar a Newala tendo de sustentar, quanto muito, uma ligeira escaramuça com um reduzido contingente alemão, afinal saiu-lhes ao encontro um forte contingente que os não deixou avançar mais e os obrigou a um combate de 6 horas”* (1928: 467). O capitão Pereira, sem mais reforços e esgotadas as munições, a água e os restantes abastecimentos, decidiu então retirar para Mahuta. Chegaram às 23h00 trazendo um morto e vinte e sete feridos, calculando Mota que os alemães tenham sofrido *“46 ou 48 baixas”* incluindo dois prisioneiros. Mota concluiu sobre a impossibilidade de reforçar Newala devido ao estado das tropas que compunham a coluna e à falta de ligação que nunca existiu, nem com as forças em Newala nem com as que ficaram em

Mahuta, *“uma lição mais que os factos nos dão”* (1928: 467).

No dia 28 de novembro, após a descrita infrutífera expedição de socorro, as forças portuguesas dentro do fortim tiveram de, e conseguiram, sair e iludir o cerco alemão. Foi uma retirada, como quase sempre são as retiradas, triste e de má memória: *“passos cautelosos de soldados, ouve-se o quebrar dos arbustos, o estalar dos ramos (...) cheios de sede, mortificados de oito dias de cerco, desanimados e sem alma própria para se guiarem”* (Costa, 1930: 298). Mas o autor destas linhas, o Tenente Mário Costa, clarifica que foi uma retirada militar e não uma *“fuga”*, de tal forma foi bem executada, e que só dez horas depois de executada é que os alemães deram pela saída das forças portuguesas. O comandante da força de retaguarda, o Capitão Curado, foi claro no seu relatório, *“foi uma retirada brilhante”*. O Tenente Gemeniano Saraiva, que teve a missão de proteger o flanco durante a retirada, afirmou então: *“confesso que já não confiava na força física ou moral dos meus soldados (...) nem um soldado mostrou contrariedade”*. No entanto, o pânico esteve bem presente entre os que retiravam quando, por exemplo, *“ao ouvirem-se dois tiros soltados pelos soldados da flecha pôde convencer os seus homens para evitar a debandada, de que o tiro havia sido soltado contra uma fera e não contra qualquer soldado inimigo”* (Costa, 1930: 300-301). Depois de um breve descanso na margem direita do Rovuma, ou seja, já em território português, as forças foram para Nangadi. A perseguição alemã não tardou e *“eram 13.00 horas quando o inimigo lançou sobre este posto a primeira granada”*. O relatório do comandante alemão, Primeiro-tenente Loof, clarifica a eficácia deste bombardeamento: *“A peça do Königsberg (...) a uma distância de 9.550 metros, sobre o posto de Nangadi, que era bem visível (...) muitas granadas caíram dentro do recinto de arame do posto (...) cerca de 25% atingindo o alvo desejado”*. Para evitar a fuga e a debandada de muitos dos soldados, o Tenente Saraiva chegou a disparar sobre alguns dos seus em fuga *“feri uma das praças na perna direita”* o que garantiu que *“nem um soldado mais tentou fugir”*. No dia 2 de dezembro, Nangadi foi atacado por uma patrulha alemã e os defensores que aí restavam *“talvez uns 30 homens, obrigados a retirar”*. Ao cansaço das tropas portuguesas juntava-se agora o cansaço das forças perseguidoras alemãs, o que evitou um avanço alemão mais profundo em direção a Palma. Afirma o comandante alemão, Loof: *“perseguir o inimigo em território português era impossível naquela circunstância (...) ao estado de cansaço das tropas que estavam em operações desde há 14 dias”* (Costa, 1930: 304-307).

O Rovuma tinha sido passado nos dias 29 e 30 de novembro, estando as forças portuguesas visivelmente desgastadas pelas trocas de fogo com o adversário e pela pouca água de que dispunham (apenas meio cantil por homem por dia). Com uma das peças de artilharia (10,5 cm) retirada do navio Königsberg a fazer fogo sobre as forças portuguesas em Nangadi, *“a 6 km ao sul do Rovuma, onde se tinha estabelecido um depósito da linha de comunicações, cortando assim esta linha e paralisando a ofensiva dos portugueses”* (Martins, 1919: 198), passaram as últimas forças portuguesas a fronteira para Moçambique. Entre os dias 1 a 3 de dezembro atacaram os alemães de novo Nangadi forçando à retirada das forças portuguesas. Em 12, 15 e 19 de dezembro, os alemães conseguiram ocupar os postos de Lucombe, Macarote e Mecama (Costa, 1930: 372). Em dezembro, já em plena época das chuvas, o caudal do Rovuma atingiu proporções tais que inviabilizaram, para ambos os lados, mais incursões profundas nos

territórios alheios (Gil, 1919: 350-351). Aproveitou-se então para reorganizar as forças e para *“reocupar os postos da margem sul”* (Martins, 1919: 198).

O ano de 1916 demonstrou ainda, uma vez mais, que um dos maiores prolemas para todas as forças em conforto era, sem dúvida, o clima. O comandante aliado, General Smuts, resume a situação anunciando a média de doentes: *“brancos hospitalizados, atingia 3.500 praças e 150 oficiais mensalmente (...) mil cavalos reduzido a 90 no decurso de seis semanas”*. Sobre a atuação portuguesa, os britânicos sintetizaram a sua avaliação nestes três pontos: a ofensiva coordenada a norte do Rovuma, o excelente apoio do porto de Lourenço Marques que permitiu que *“os navios alemães ali internados tornaram-se disponíveis para os serviços de transportes”* e a clara posição demonstrada pelos portugueses, que evitou que se repetisse o que tinha ocorrido noutra colónia alemã: *“no Camarão, na África Equatorial, onde evitaram [os alemães] serem aprisionados, por retirarem para território neutral constituído pela vizinha colónia espanhola”* (Martins, 1919: 199-200).

As Operações de 1917

No princípio do ano de 1917, o comando britânico passou do General Smuts para Hoskins e este aproveitou o final da época das chuvas para proceder a uma reorganização das suas forças (europeias, indianas e africanas). Segundo Azambuja Martins o número de carregadores indígenas atingiu então o número de *“395.000, número assombroso”*. Os alemães, comandados ainda por Von Lettow, tendo como governador da África Oriental, Schnee, também aproveitaram a época para se reorganizarem e para fazerem incursões em direção a norte, com a finalidade de destabilizar a ação dos aliados. A reação aliada, contudo, não se fez esperar e, em junho de 1917, já os britânicos concentravam forças contra as duas colunas alemãs enviadas na sua direção. Em outubro, a expedição alemã, a norte, tinha sido detida mas, efetivamente, tinha de alguma forma, perturbado a reorganização aliada (Martins, 1919: 257-259).

Em abril e maio, os alemães atacaram com sucesso muitos dos postos portugueses junto ao Rovuma, como, por exemplo, os postos de Muembe, Luís Filipe, Mandimba, Licopole, Metangula e Nanguar. Em alguns foram eficazmente repelidos, como, por exemplo, a 10 de julho, no posto de Montepuez (Costa, 1930: 372). A 2 de julho de 1917, o paquete *Moçambique* levou um novo contingente para Mocímboa da Praia com parte da expedição do Coronel Sousa Rosa (Ponte, 1940: 437). É interessante ler a descrição sobre o estado em que as forças eram enviadas da metrópole para Moçambique. Quase três anos depois do início das hostilidades, os problemas não só permaneciam como ainda se agravavam. As palavras do Brigadeiro Nunes de Ponte são elucidativas: *“a 5ª bateria chegou a Vendas Novas a 3 de março e a 7ª no dia 5, desarmadas, inteiramente desequipadas, faltando-lhes tudo (...) apenas 11 muares, sem arreios nem hastes”*. Pensava Ponte que iria encontrar o material na Escola Prática de Artilharia, mas *“foi com a maior surpresa declarado que nem uma peça ali se encontrava”* e concluiu: *“sem material de artilharia de campanha, sem armamento de espécie alguma, sem equipamentos, sem arreios, sem*

gado, sem nada, apenas podia ministrarse aos soldados instrução a pé. A tanto ficaria reduzida a apregoada instrução intensiva” (1940: 347).



Figura 5 - Percurso e empenhamentos das Forças Alemãs

Vamos aprofundar um pouco mais a preparação e expedição desta força de artilharia. Devido à evidente falta de material, não se podendo assim fazer instrução e preparar o pessoal, os soldados pediam licenças para poderem voltar às suas terras para ajudar no sustento das suas famílias, “*dada a intensidade dos trabalhos agrícolas da época*”. O comando da Escola Prática de Artilharia apenas suspendeu as licenças quando se

confirmou a chegada *“iminente”* de material importante mas, infelizmente, *“nenhuma das anunciadas peças fez a sua aparição”*. Só depois de decorridos mais de cinco meses da convocação é que *“receberam os equipamentos, carabinas e pistolas”*, no entanto, demasiado tarde, porque tiveram de embarcar imediatamente, sem ter sido possível ministrar qualquer tipo de treino ou instrução. A viagem no paquete *Moçambique* para Mocímboa da Praia também se torna interessante descrever: para os 814 lugares máximos permitidos na lotação do navio, eram *“1.020 (...) e os meios de salvação existentes só chegavam para 460”*. Chegaram a 4 de agosto e, à chegada, tiveram de dormir em tendas e *“barracas de lona para abrigo dos oficiais”*. Ou seja, passados mais de três anos desde o início das hostilidades, ainda não havia instalações prontas para acolher as sucessivas expedições. Ao desembarcarem receberam notícias que, de imediato, os preocuparam, sobre o *“deplorável estado em que se encontrava o Batalhão de Infantaria 31, desembarcado dois meses antes (...) dos 1.034 homens que compunham este batalhão não se aproveitavam mais de 100. Já tinham falecido 165, só num dia morreram 14”*. Para começar uma campanha, esta imagem dos que já se encontravam no norte de Moçambique não podia ser pior: *“era confrangedor o aspeto de grande número de carregadores, magros, esqueléticos, os ossos a furar-lhes a pele, semelhando cadáveres ambulantes, alguns ainda a trabalharem a custo, outros tombados no chão inanimados”* (Ponte, 1940: 348-349).

A descrição continua, então, sobre as condições existentes no final de 1917: *“o clima era mau, depauperante, insalubre, porque um lençol de água que corre a pequena profundidade, se achava inquinado devido à grande aglomeração de europeus e indígenas”*. Descreve-nos Ponte os perigos locais, dos leões à matacanha, das cobras e dos ratos, dos maus serviços de saúde e de subsistências *“que maus foram até final da campanha”* e afirmou: *“urgia sair de Mocímboa o mais breve possível (...) haja em vista o que sucedeu ao BI 31”*. Para agravar o mau ambiente, também as notícias da campanha geral em Moçambique eram pouco animadoras: *“lamentável incidente do brioso alferes Gorgulho que, ao primeiro voo realizado em Mocímboa da Praia, caiu desastrosamente, incendiando-se o aparelho debaixo do qual morreu carbonizado (...) foi a causa da aviação não mais ter atuado até ao final da campanha”*. O apoio aéreo, uma novidade ainda em experimentação, mas que já era considerado na época como uma mais-valia para apoiar os militares naquela região, acabava assim de ser cancelado (Ponte, 1940: 340-342).

Mais ou menos, simultaneamente com a descrição destes factos, decidiram os alemães fazer incursões para sul, passando o Rio Rovuma, dentro do território britânico de Nyasaland. Esta coluna alemã era comandada pelo Capitão Stuemmer com *“três companhias de askaris e seis metralhadoras”*. Responderam britânicos e portugueses com duas colunas: a do Major Shorthose a partir de Nyasaland e do Capitão Melo a partir do Zambeze, neste último, com um grupo constituído por uma *“companhia de indígenas, com metralhadoras e duas peças”*. As duas colunas fizeram uma progressão paralela, estando a britânica na margem esquerda e a portuguesa na direita do rio Lugenda. Tendo-se registado apenas um pequeno confronto junto ao posto português de Montepuez, retiraram os alemães, em agosto de 1917, de volta ao território alemão, resultando ainda a perseguição aliada num combate já a norte do Rovuma que permitiu

aos britânicos a conquista do porto de Tunduru. De referir ainda que os alemães estiveram em operações a oeste da sua colônia, contra os Belgas em Mahenge. A 9 de setembro de 1917, os belgas ocuparam a cidade de Mahenge mas decidiram, por falta de recursos, parar aí a sua ação contra os alemães (Martins, 1919: 259-261).

As referidas colunas portuguesas e ainda mais quatro colunas comandadas, respetivamente, pelos Majores Teixeira Pinto, Quaresma, Paço e pelo Tenente-coronel Salgado, também receberam ordem de seguir em direção ao Rovuma, respetivamente para Negonamo, Lago e Palma. Surgiram imediatamente "*grandes dificuldades*" em abastecer todas estas colunas pela ausência de "*camiões e respetivos motoristas*" o que levou a que apenas duas dessas colunas fossem efetivamente enviadas. De 11 a 13 de outubro, fizeram-se exercícios de artilharia para preparar a expedição e de imediato notou-se que "*as peças funcionavam mal e as espoletas pior ainda (...) material velho, muito gasto*". Sinal evidente das muitas dificuldades porque passavam todas as forças, encontramos na coluna comandada por Teixeira Pinto, que teve de ficar parada a 60 Km de Mocímboa "*por falta de abastecimentos*". O mesmo sucederia à coluna do Capitão Neutel (Ponte, 1940: 443-445).

Em novembro de 1917, os alemães concentraram cerca de catorze companhias a "*cem askaris cada uma*", organizadas em três colunas em direção a sul, calculando-se o efetivo de cada uma destas colunas em "*50 brancos e 500 askaris, com mil carregadores, todas sob o comando superior de Tafel*". Esta força, que tentou sem sucesso passar o Rovuma tendo encontrado resistência da parte portuguesa, acabou por render-se aos britânicos no dia "*27 de novembro: 157 brancos, 1.378 askaris, 2.841 carregadores*" e, com eles, "*vieram 50 prisioneiros ingleses, 3 belgas e 5 oficiais portugueses*". A oeste, as forças alemãs comandadas por Von Lettow com "*15 companhias, 250 brancos e 3.000 askaris*", executaram inúmeras manobras contra as britânicas e, em 27 de novembro, os últimos combates de 1917 tinham terminado para os britânicos. Mas ainda não para os portugueses. Durante este ano as ações portuguesas, sob o comando do Coronel Sousa Rosa, além da coluna já referida do Capitão Melo, tinham-se restringido a "*demonstrações sobre o rio Rovuma, com o fim de cooperar retendo nesta margem algumas forças alemãs*", a dominar uma revolta local "*do Barué*" e a lidar com uma greve em Lourenço Marques ("*greve metalúrgica do porto e caminho de ferro*"), até ao momento em que Von Lettow decidiu atacar em força as posições lusas (Martins, 1919: 262-265 e Ponte, 1940: 516-520).

Ainda pensaram os aliados em dar a Portugal a missão de tentar, de novo, a conquista de Newala mas, em outubro de 1917, foi enviado a Chomba (onde estava o QG português) um coronel francês "*delegado do comando inglês*", para transmitir a ordem que "*nos limitássemos a uma ação defensiva (...) e se conseguíssemos atingir esse objetivo, grande, inestimável serviço teríamos prestado aos ingleses*". Como resultado desta ordem, as missões entregues às várias colunas de marcha, foram revistas e alteradas "*inesperadamente*" e com "*poucos preparativos*". Os novos postos, aquém do Rovuma, foram ocupados e os problemas logísticos agravaram-se: "*a alimentação deficiente (...) rações de reserva compostas de atum, sardinha e o mal confeccionado rancho de conserva, para o gado não havia ração de espécie nenhuma (...) a água era má e pouco*

abundante, os medicamentos continuavam a faltar". Na preparação da ação eram as forças portuguesas ajudadas pelo britânico *"Mr. Cohen que com os seus bem instruídos askaris prosseguia no serviço de informações"*, uma vez que a capacidade de informações, entre as forças portuguesas, era praticamente inexistente (Ponte, 1940: 444-445).

No dia 25 de novembro, Von Lettow caiu sobre Negonamo (entre o Lugenda e o Rovuma) e, ao fim de algumas horas de forte de resistência, venceu os portugueses deixando mortos *"o major Teixeira Pinto e mais cinco oficiais, alguns sargentos e praças e cerca de 100 soldados indígenas"*. Foi uma ação de surpresa, *"os alemães transpuseram o rio perfeitamente a descoberto num autêntico golpe de audácia"*. Diz o Brigadeiro Ponte, que então comandava a 5ª bateria do Regimento de Artilharia de Montanha, num artigo publicado em 1940, que Teixeira Pinto, um reconhecido herói das campanhas em África, em especial na Guiné, que pagou com a vida *"o seu exagerado otimismo"*, que este desfecho teria sido evitado com um conveniente entrincheiramento das forças em Negonamo. Esta vitória inimiga *"foi particularmente desastrosa para nós por ter dado o ensejo à entrada dos alemães em território português"* (Ponte, 1940: 520-521 e Costa, 1930: 373).

Ainda no final de 1917, regista-se a defesa desesperada do posto da Serra Mecula. Atacado em 3 de dezembro, conseguiram os portugueses aguentar as sucessivas investidas até ao dia 8 de dezembro. O Capitão Curado mandou fazer fogo até ao último dos cartuxos e, quando finalmente os alemães entraram em Serra Mecula, *"não puderam ocultar a sua admiração ao certificarem-se de que se tinham batido com tão reduzido número de portugueses"* e, num gesto magnânimo, *"deram-lhes no dia seguinte a liberdade, sem a exigência de qualquer formalidade"* (Ponte, 1940: 523-524). O avanço alemão era impossível de deter e, no dia 27 de dezembro, a guarnição portuguesa de Oizulos rendeu-se aos alemães (Costa, 1930: 373). No outro lado da fronteira o panorama era diferente e, a 1 de Janeiro de 1918, os territórios alemães foram formalmente ocupados pelos britânicos. Desde essa data que as forças alemãs atuavam, quase exclusivamente, apenas no território português de Moçambique.

As Operações de 1918

Os portugueses operaram a partir de três localizações em Moçambique: Mocímboa da Praia, Metangula e Membra. No dia 2 de janeiro, os alemães tomaram o posto de Megufi, que era defendido por tropas inglesas e portuguesas e, nos dias 4, 8, 20 e 31 de janeiro, os alemães continuam a conquistar mais postos portugueses: Lúrio, Maparara, Nacaroi e Chiure. A 30 de janeiro de 1918, foi assinado um acordo entre aliados, que permitiu entregar o comando de todas as forças ao General Van Deventer, mas os sucessos alemães em território moçambicano continuaram imparáveis (com a conquista de mais postos: Malema, Nauava, Umpuúa, Ile a Alto Molócué) (Martins, 1919: 267-270 e Costa, 1930: 374-375).

Os dias corriam “*monótonos e as noites não tinham fim*”, assim descreve o Brigadeiro Ponte os primeiros meses de campanha de 1918. O vento “*não parava de soprar*” provocando um som “*cavo, soturno, tenebroso, apavorante*”. A morte do Alferes Almeida Negreiros e dos seus doze soldados indígenas, vítimas de um ataque surpresa alemão, agravara a tensão entre as forças portuguesas. Ponte fez a sua análise sobre o maior dos problemas no início de 1918 e que já referimos anteriormente: “*as informações não funcionavam*” porque, se do lado inglês e alemão esses serviços eram muito eficazes, “*entre nós esse serviço não existia (...) só recebíamos informações de origem inglesa*”. Assim, sem se saber muito bem por onde tinham penetrado os alemães, os portugueses atuavam de forma dispersa na defesa da denominada “*Linha de Etapas*” que ia de Mocimboa da Praia até Chomba (Ponte, 1940: 706-707).

Ponte continuou a sua descrição das operações com alguns episódios que nos dão uma imagem muito real do ambiente verdadeiramente hostil que se vivia nesta região, como, por exemplo, o ataque de um leopardo a um alferes inglês deixando-o “*horriavelmente ferido*” que, não conseguindo devorar o inglês, ainda assim, acabou por “*devorar um desgraçado carregador*”. O indício da má preparação da defesa portuguesa era evidente, por exemplo, na rendição do Capitão Benigno Tavares que, ao fim de três dias de resistência, ficou sem munições. Ou no aumento gradual de casos de escorbuto devido à “*insuficiência e invariabilidade da alimentação, da falta de vegetais sobretudo*”. Outro fator era a reduzida mobilidade das forças portuguesas porque, enquanto para cada alemão havia “*um carregador*”, os portugueses tinham de, para além do seu armamento ainda carregar “*um malote*” de vestuário “*que lhes dificultava os movimentos*”. Os carregadores, além de serem em número insuficiente, como não eram pagos, “*fugiam constantemente*”. No dia 9 de fevereiro, o General Van Deventer foi nomeado comandante das forças aliadas e o Coronel Sousa Rosa comandante das forças portuguesas de Moçambique e do Niassa (Ponte, 1940: 708-710).

No final de fevereiro, foi decidido criar uma “*coluna móvel, composta por 1.500 homens*”, pronta para marchar ou embarcar para um porto a sul de Porto Amélia. Para a comandar foi nomeado o Tenente-coronel Salgado e era constituída por: “*QG, um pelotão de pioneiros, uma secção de TPF, um pelotão de cavalaria, uma bateria de artilharia de montanha, 3 grupos de companhias indígenas (...) coluna de munições, ambulância e restantes serviços*”. Os problemas eram os de sempre: “*falta de camiões e carregadores*” contrastando com a “*abundância dos recursos ingleses*”, que tinham na região de Porto Amélia mais de 30.000 homens. Parecia então bastante claro que os alemães de Von Lettow queriam continuar a avançar para sul e sueste. Os ingleses (sofrendo mais de 110 baixas) conseguiram retomar Montepuez forçando ainda os alemães a retirar mais para sul deixando assim a “*coluna móvel (...) condenada à mais completa inação, para nada servia!*”. Ponte fez então um desabafo, que ilustra bem o estado da moral das tropas: “*positivamente a sorte não nos bafejava*”, ou os portugueses recebiam missões “*impossíveis*” ou então eram-lhes atribuídas missões caracterizadas por “*falhas de utilidade*” (Ponte, 1940: 711-715).

Embora muitos dos combates tenham ocorrido apenas entre ingleses e alemães, outros foram combatidos em conjunto por ingleses e portugueses ou, noutros casos, somente

por portugueses. Em maio de 1918, os alemães, já bem a sul do rio Lúrio, “*abandonavam um hospital com 100 europeus, 33 askaris, 43 carregadores, e 6 médicos*”. A julho de 1918, os alemães tinham chegado a quarenta quilómetros de Quelimane e conseguiram penetrar no território moçambicano até cerca de “*300 quilómetros de Nhamacurra*”, ficando este combate para a história, como o “*limite da incursão do inimigo para o sul do território*”. Neste conhecido combate de Nhamacurra, participaram duas companhias inglesas e três portuguesas. Foi mais um dos combates com desfecho positivo para os alemães e que causou a morte ao comandante aliado, “*um tenente-coronel graduado inglês que após o combate veio a morrer afogado ou comido por algum crocodilo no rio Nhamacurra*”. Este evento veio criar ainda mais “*desolação e ansiedade*”, porque nem isolados, nem em conjunto, conseguiam deter os alemães e a tensão aumenta entre os próprios aliados. Sobre este ambiente tenso é ilustrativo o teor dos diferentes relatos da batalha porque, se por um lado, os ingleses tentam provar que foram os portugueses, “*embora com valentia mas devido aos indígenas pouco habituados à guerra*”, que tinham deixado o inimigo penetrar num dos flancos, nos relatos portugueses, como por exemplo os feitos na primeira pessoa, como o do Major Lopes Mateus, a interpretação foi bem diferente: a responsabilidade da ocorrência deve ser partilhada porque até foi nítido que, no final, “*o movimento de recuo, feito precipitadamente, alguns oficiais e graduados, morreram na refrega e, dos ingleses, incluindo o comandante, lançaram-se muitos ao rio*”, concluindo que “*nenhum dos oficiais portugueses abandonou o seu posto, todos sem exceção, ficaram prisioneiros*”. (Ponte, 1941: 23-28, Martins, 1919: 267-270 e Costa, 1930: 374-375)

A indefinição sobre a direção que os alemães podiam tomar era grande e o pânico instalou-se entre as populações de Quelimane, que embora estivessem decididas a “*oferecer resistência ao adversário até à última extremidade*”, felizmente, os alemães tomaram outro caminho. Devido à continuada, e não prevista, permanência dos alemães em território português, foi então determinado aos militares, que após um ano deviam ter regressado à metrópole, que estendessem a sua comissão por tempo indefinido, o que deixou “*desapontados todos quantos ansiavam pelo regresso*”. Os combates seguintes foram quase todos apenas entre ingleses e alemães, porque os portugueses “*junto ao mar, não tomávamos parte em qualquer ação*” (Ponte, 1941: 85-89).

Num dos artigos escritos, em 1924, da RM, “*Uma noite em Nhamirrué - 4 de Julho de 1918*”, temos um relato feito na primeira pessoa, do Tenente Rego, do RI 23, que nos mostra bem a realidade difícil desta campanha. Nesta fase dos combates, Lettow Vorbeck tinha decidido passar o Rio Lúrio e, depois de derrotar as referidas forças em Nhamacurra, passou o Rio Licungo deixando um pequeno destacamento para trás, sob o comando do Capitão Koelh, para lhe garantir a segurança. Foi sobre estas forças que uma unidade inglesa tentou um ataque, onde o tenente Rego “*e mais 15 oficiais seus camaradas*”, prisioneiros dos alemães, puderam assistir, à distância, à dureza dos combates ansiando por uma possível libertação. Vale a pena ler a descrição em que se encontravam estes prisioneiros, numa situação verdadeiramente deplorável: “*esfomeados, alquebrados pelas privações e pelas fadigas, com o calçado despedaçado (...) todos feridos pelas marchas quase contínuas desde pela manhã até à noite (...) com as roupas em farrapos, imundos, esqueléticos, anemiados, impaludados a maior parte,*

todos inçados de parasitas (...) escoltados por brutais askaris (...) com uma ração diária de amendoim cru e de farinha de mapira que nos faziam comer sem sal, cozida num alguidar infecto e repugnante". Durante o ataque efetuado pelos ingleses, esperaram estes desgraçados um desfecho favorável, *"que noite pavorosa e que tão tristes reminiscências ela nos evoca (...) quantas vezes desejámos ver os ingleses vencedores"* mas, mais uma vez, foi uma ação sem sucesso. O desespero para os destroçados prisioneiros portugueses, agora aumentados com mais ingleses, continuava e agravava-se: *"e a nossa triste odisseia mais uma vez recomeçou"* (1924: 633-638).

Numa reflexão posterior, produzida em 1933 pelo Tenente Mário Costa, sobre o tratamento dado aos prisioneiros portugueses podemos também ler estas palavras bem elucidativas: *"os alemães na África Oriental, não primavam pela maneira como tratavam os prisioneiros portugueses, pretendendo mesmo humilhá-los"*. Os oficiais portugueses tinham alimento permanente, como vimos anteriormente, mas apenas *"mapira e sal, sempre em quantidade extremamente deficiente"* e muito raramente *"arroz, feijão cafreal"*. Embora existisse pessoal médico entre os alemães *"em número suficiente (...) dificilmente os prisioneiros portugueses conseguiram um tratamento em tempo"*. A higiene pessoal era *"a mais desoladora"* e o estado físico *"sem meias, calçado absolutamente rôto e os pés feridos (...) roupa coberta de imundice"*. Mas se este era o tratamento aos oficiais, a forma como eram tratados os soldados indígenas *"era o pior possível"*. Retiravam-lhes as fardas e ficavam apenas com um pano branco, usados como carregadores, amarrados em grupos de dez a quinze *"por meio de cordas ou até de arames (...) pelo pescoço ou cintura"*, quase sem alimentação e, quando caíam de fadiga ou por doença, eram simplesmente abandonados (Costa, 1933: 198-202).

Noutra das memórias de um prisioneiro de guerra, publicadas na RM, em 1936, do Capitão Ribeiro de Carvalho, extraímos ainda estas informações adicionais: sobre as marchas dos prisioneiros que eram *"contínuas e extenuantes"* marcadas por sucessivos encontros contra forças portuguesas e inglesas. Marchava-se desde o nascer do sol, sempre a corta-mato e até ao anoitecer. À noite, os prisioneiros eram colocados tal como tinham marchado, à retaguarda do dispositivo e *"tratavam muito melhor os prisioneiros ingleses"*. Refere as duas tentativas de fuga do Capitão Affonso, porque *"estava no meu ânimo fugir"* e, no fundo, de muitos outros prisioneiros *"tais eram as privações, fadigas e trabalhos (...) eramos oito os que tencionávamos fugir"*. A primeira tentativa fracassou, porque a tentou sozinho, mas à segunda teve sucesso. Depois de dois dias de fuga tinham de estar atentos não só aos alemães, felizmente já suficientemente longe, mas também dos *"nossos indígenas (...) por conhecerem que íamos em fuga, redobravam de atitude suspeita"* mas depois de mais dois dias *"estávamos pois salvos"* (1936: 666-669 e 824-830).

A 6 de setembro, os alemães retiraram em direção à companhia do Niassa. Em outubro, tinham passado de novo o Rovuma para norte e, em novembro, depois de saberem da assinatura, na Europa, do armistício, no dia 11, acabaram, praticamente invictos, as operações em 1918 (Martins, 1919: 267-270 e Costa, 1930: 374-375).

Reflexões Seleccionadas e Considerações Finais

Parece claro, apenas pela leitura dos inúmeros relatos da RM, que praticamente tudo falhou. Esta síntese ilustra bem uma das observações mais contantes: *“Conservar forças do exército metropolitano, em campanha, nos países tropicais, por mais de seis meses, se humanitariamente é um nefando crime, sob o ponto de vista militar constitui um erro monstruoso (...) a ação do clima é implacável”* (Gil, 1919: 336). Em 1922, foram publicadas as memórias do General Von Lettow Vorbeck e, na RM, surgiram imediatamente algumas reações ao seu testemunho que aqui seleccionamos.

Azambuja Martins resume assim os *“ensinamentos mais importantes”* e que explicam a eficácia das forças alemãs: primeiro, sobre a importância de um comandante, Lettow Vorbeck, que até o próprio Kaiser *“nunca tinha visto no mundo tão férrea determinação”*; em segundo lugar, sobre a preparação das tropas indígenas com uma *“capacidade combativa surpreendente”*, com uma *“dedicação dos carregadores indígenas, mal alimentados e ultimamente sem pagamentos, mas não fugindo”* e, finalmente, sobre a inteligente *“exploração dos recursos locais, elevada a um grau incomparável em campanhas coloniais”* (1922: 59-59). Vamos detalhar um pouco mais o lado alemão.

O General Lettow Vorbeck, desembarcou como Tenente-coronel, em janeiro de 1914, na África Oriental Alemã. Nas suas tarefas iniciais destacaram-se: os reconhecimentos profundos ao território, a instrução dos indígenas, a preparação militar dos colonos, a reorganização do sistema de transportes, novos armamentos e abastecimento de munições. Durante a campanha soube aproveitar *“todas as peças de artilharia”* do destruído cruzador Königsberg e utilizou profusamente técnicas de camuflagem para dissimular as suas ações, numa época em que praticamente ninguém o fazia. *“Não foi o material nem o número, mas sim a força moral e a instrução que valorizaram as forças alemãs”*, resume Azambuja Martins. O General Ferreira Martins, por ocasião do falecimento de Lettow, em 1964, escreve um artigo na RM em sua homenagem e refere que o prestígio do general alemão era tão elevado que, depois da II Guerra Mundial, e porque ele tinha perdido o direito à sua pensão, foi o General Smuts *“e alguns oficiais portugueses quem o socorreu”* (1964: 390). Nas palavras do próprio Lettow preferimos destacar o que ele refere como *“permanente espírito de iniciativa, sem o qual o sucesso das operações seria impossível”*. Numa análise, muito crua, que faz das forças portuguesas preferir realçar a péssima situação sanitária *“pela maior parte infetados de sífilis e imprevidentes na economia das subsistências, não eram realmente soldados para campanha”*. O que corrobora, não só as muitas análises e descrições dos sucessivos comandantes e responsáveis militares portugueses (Martins, 1922: 64-65) como também provocou veementes desmentidos por parte destes, especialmente, dos prisioneiros portugueses vítimas do cativeiro alemão: *“nada mais injusto, nada menos exato”* (Rego, 1924: 633).

O Tenente-coronel Pires Monteiro, em 1923, na sua qualidade de secretário-geral dos

Padrões da Grande Guerra fez uma interessante síntese da participação de Portugal em África: *“a nossa intervenção foi a afirmação do nosso direito”* (1923: 460), mas acrescenta, de imediato, as principais três dificuldades da guerra em Moçambique: o clima, a falta de coordenação entre aliados e a *“atividade prodigiosa do adversário”*, reforçando para este último fator, que o General Lettow Vorbeck *“merece bem esta homenagem”* (1923: 467). O destaque da longa campanha em Moçambique vai, como para muitos outros autores, para a referida *“surpresa de Negonamo”* onde acaba por falecer o Major Teixeira Pinto, *“a quem a morte tantas vezes roçara nos campos de batalha da Guiné, de Angola e de Moçambique”*. Monteiro reproduz um dos relatos presenciais da batalha, onde se afirma que o dispositivo escolhido era o correto, mas que as metralhadoras *“constantemente se encravam”* pelo que os Askaris acabaram por alvejar o comandante da força portuguesa. A análise continua e Monteiro ainda elenca outros fatores para os sucessivos sucessos alemães: o uso inteligente dos indígenas, os ataques direcionados sobre os depósitos e as linhas de comunicação, a *“rapidez vertiginosa”* dos movimentos alemães, a aplicação africana de um princípio napoleónico, isto é, o *“dividir-se para viver, concentrar-se para combater”* e o excelente serviço de informações. Num longo e detalhado artigo termina, fazendo uma homenagem à coragem dos muitos portugueses, escolhendo um exemplo, elogiando a atitude do Capitão Humberto Ataíde, que *“comandando os bravos landins foi ferido sete vezes (...) preferiu suicidar-se”* a entregar o pequeno fortim à sua guarda (1923: 468-471).

Importa dar o devido destaque, não só às forças indígenas que alimentavam grande parte das forças de combate como aos milhares que acompanhavam as colunas. O Primeiro-tenente Pessoa de Amorim faz-nos a seguinte síntese: *“os cipais prestaram relevantes serviços, assim como os auxiliares”* e mais à frente reflete que, *“quando eram bem comandados e organizados desempenhavam a contento os serviços de campanha que lhes eram destinados”* (Amorim, 1931: 504). Dois artigos publicados, em 1947, merecem distinção por tratarem de assuntos fundamentais para a análise das campanhas da Grande Guerra em Moçambique, por um lado, o papel pouco relevante que teve a cavalaria (Bruto, 1947) e, por outro, a forma pouco organizada como se utilizaram as forças na utilização eficaz da tática de guerrilhas (Correia, 1947). Estes dois artigos revelam dois dos aspetos operacionais que vários participantes nas campanhas em Moçambique destacaram: a ausência de informações (que podia ter sido muito ajudada por uma ação eficiente da cavalaria) e a pouca coordenação das forças para atuarem de forma *“menos convencional”* e mais adaptadas ao território através de uma técnica mais de guerrilha e menos de confronto convencional.

Por fim, entre as inúmeras análises globais às campanhas em África durante a Grande Guerra, selecionamos a síntese que o britânico John P. Cann fez na RM de 2002: *“os políticos da República foram autores de um desastre económico em espiral. O exército ficou, assim, sem fundos e, despojado desses recursos, sofreu uma grave decadência. Não estava de modo algum preparado para uma guerra e, quando o fez, nunca lhe foi dada oportunidade de ter sucesso. Não podia lutar efetivamente sem um treino apropriado, armas modernas e apoio logístico adequado e estes foram-lhe negados”* (Cann, 2002: 391).

A História, assim contada pela mão de quem a viveu e a contou, a quente (em artigos ainda publicados durante a Grande Guerra) e depois, com maior ou menor reflexão, com mais ou menos distância ou paixão, ou ainda, quando muito mais tarde, por quem nela refletiu e analisou, é um bem de valor incalculável que nossa RM nos lega, nos incentiva e nos ajuda, sempre, a refletir e aprender.

Principais Revistas Militares Consultadas

AMORIM, Ruy Padrão Pessoa de (1931), “Cipais de Moçambique”, *RM* 83, Set/Out, pg. 497-508.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo (1917), “O nosso esforço militar em África”, *RM* 69 de 12 de dezembro, pg. 836-843.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo (1918), “O nosso esforço militar em África”, *RM* 70 de 1 de janeiro, pg. 21-26.

BRITO, Viriato Mamede de (1947), “A cavalaria na defesa de Moçambique”, *RM* 99, Dezembro, pg. 655-668.

CANN, John P. (2002), “Moçambique, Africa Oriental Alemã e a Grande Guerra”, *RM* 151, Maio, pg. 361-392.

CARVALHO, Filipe Cândido de Sousa Dias Ribeiro de (1936), “A campanha na África Oriental - Notas de um prisioneiro”, *RM* 88, Setembro, pg. 652-668 e Novembro, pg. 823-834.

CORREIA, António Mendes (1947), “A guerra de guerrilhas em Moçambique”, *RM* 99, Ago/Set, pg. 443-459.

COSTA, Mário Augusto da:

(1929), “Nangadi: 1-8-1916”, *RM* 81, Mai/Jun, pg. 358-363.

(1930), “Grande Guerra em Moçambique”, *RM* 82, Mai/Jun, pg. 298-307 e Mar/Abr, pg. 161-175.

(1930), “Efemérides da Grande Guerra em Moçambique”, *RM* 82, Jul/Ago, pg. 367-375.

(1933), “Grande Guerra em Moçambique: como eram tratados os prisioneiros de guerra portugueses” *RM* 85, Mar/Abr, pg. 198-202.

GIL, José César Ferreira (1919), “A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses: o esforço da expedição de 1916”, *RM* 71 de Junho/Julho, pg. 331-352.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja:

(1918), "A fronteira do rio Rovuma", *RM* 70, Fevereiro, pg. 27-31.

(1919), "A Conquista da África Oriental Alemã", *RM* 71, Fevereiro, pg. 92-97, Março, pg. 129-144, Abril, pg. 193-200 e Maio, pg. 257-270.

(1920), "Estudo de um regulamento de expedições coloniais", *RM* 72, Julho, pg. 411-420.

(1921), "Esboço da geografia militar da Província de Moçambique", *RM* 73, Fev/Mar, pg. 102-111.

(1922), "O comando alemão na África Oriental", *RM* 74, Fevereiro, pg. 58-66.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira (1964), "O general Von Lettow e a campanha da África Oriental", *RM* 116 de Julho, pg. 389-408.

MARQUES, Fernando Pimentel da Motta (1920), "A passagem do rio Rovuma", *RM* 72, Maio, pg. 299-304.

MONTEIRO, Henrique Sátiro Lopes Pires (1923), "A Grande Guerra na África portuguesa", *RM* 75, Set/Out, pg. 456-473.

MORAIS SARMENTO, José Estêvão de (1918), "Episódios da guerra actual: de como foi conquistado em 20 anos e perdido em 4 meses um famoso império colonial", *RM* 70, de 10 de Outubro, pg. 579-601.

MOTA, António Emílio Simões da (1928), "A coluna de socorro a Newala", *RM* 80, Set/Out, pg. 458-467.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da:

(1940), "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", *RM* 92, Julho, pg. 437-445, Agosto, pg. 515-525 e Novembro, pg. 706-719.

(1941), "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", *RM* 93, Janeiro, pg. 23-28 e Fevereiro, pg. 84-90.

REDACÇÃO (1918), "Quadro de honra do Ultramar português", *RM* 70, de 10 de Outubro, pg. 621-624.

RÊGO, António José de Campos (1924), "Reminiscências de um combate da Grande Guerra na África Oriental", *RM* 76, Nov/Dez, pg. 631-638.